

## AS GEOGRAFIAS DA MODERNIDADE - GEOGRAFIA E GÊNERO - MULHER, TRABALHO E FAMÍLIA. O EXEMPLO DA ÁREA DE RIBEIRÃO PRETO - SP

Rosa Ester Rossini\*

### RESUMO

O aumento da participação da mulher na força de trabalho foi constatado a partir de pesquisa de campo realizada em 1977, 1986 e 1995/96 na mais importante área canavieira do Estado de São Paulo - Ribeirão Preto. Foi feita pesquisa qualitativa com 43, 35 e 50 famílias respectivamente, levantando uma população de 323 pessoas em 1977, 162 em 1986 e 217 em 1995/96 para verificar, entre outros aspectos, como era a sobrevivência dessas famílias, nas quais pelo menos uma mulher, na casa, empregava sua força de trabalho na atividade ligada à agricultura canavieira.

Nesses vinte anos de pesquisas, as mudanças foram significativas: aumento de número de pessoas trabalhadoras na família, diminuição de residentes na casa, crescente participação da mulher na força de trabalho, queda da fecundidade, aumento do número relativo de mulheres como cabeça da família, aumento do número de famílias monoparentais, etc.

**Palavras-Chave:** mulher, agricultura, cana-de-açúcar, Ribeirão Preto, família.

A produção e reprodução da vida são dadas tanto pela reprodução da espécie como através do trabalho, o qual produz os meios de existência.

Na sociedade atual, esta simbiose é em última instância realizada através da organização em famílias. A história da origem da família ligase, na sua base, à destruição das tradições e das estruturas igualitárias, a partir do momento em que os indivíduos começaram a apropriar-se do excedente de produtos criados pelo trabalho coletivo da comunidade (Engels, 1981).

Essa posição igualitária na sociedade primitiva era determinada pelo seu trabalho produtivo realizado coletivamente.

Com o aparecimento da família patriarcal, que substituiu as estruturas comunitárias, foi ocorrendo individualização do trabalho da mulher, o qual progressivamente se limitou à produção de valores de uso para o consumo. O trabalho do homem passou a ser destinado a criar riqueza, entrando na esfera da produção de valores de troca. De acordo com a divisão do trabalho entre os sexos, a mulher foi relegada à esfera das tarefas domésticas, isto é, reprodução biológica, educação e cuidado com os filhos, como bases da reprodução da força de trabalho.

---

(\*) Departamento de Geografia/NEMGE - USP.

Historicamente, no patriarcalismo, foi dado ao homem mais do que à mulher a posição de destaque na administração da riqueza desta família: tanto é que no passado apenas estes recebiam herança, o que perdura até hoje em determinadas sociedades (Engels, 1980).

A origem da família monogâmica é fundamentada neste princípio e o grau de emancipação da mulher será correspondente à medida natural do grau de emancipação geral (Engels, 1980).

O desenvolvimento da família se dá ao mesmo tempo em que ocorre o domínio das pessoas pela natureza (Engels, 1981).

Com o advento da Revolução Industrial, a incorporação da mulher no mercado de trabalho consolidou, em função da ideologia sustentada historicamente, preconceitos sobre o sexo feminino na esfera do trabalho: salários mais baixos para as mulheres, designação para tarefas consideradas menos qualificadas, aceitação da dupla jornada de trabalho para a mulher – trabalho doméstico e trabalho remunerado –, massa de reserva para o capital industrial, etc.

Os baixos salários exigem a contribuição de mais de uma remuneração na família para tentar escapar um pouco da miséria. O desenvolvimento das forças produtivas apela para o trabalho da mulher (Alambert, 1980).

A questão do dinheiro e, conseqüentemente, a pobreza, levam o proletariado a trabalhar, envolvendo nesta situação homens e mulheres: são, portanto, os problemas sócio-econômicos que decidem essa inserção. A mulher foi arrancada de casa para o mercado de trabalho para somar na manutenção da família, promovendo a “destabilização” do homem na manutenção da família, sem que fosse repartido ou retirado da mulher o trabalho doméstico. “A família individual moderna tem por alicerce a escravatura doméstica, dissimulada, da mulher (...). O homem

de nossos dias, na maioria dos casos, se ganha o suficiente para o sustento da família, e isto lhe dá um lugar preponderante que não precisa ser privilegiado por lei, torna-se em relação à mulher um burguês, e a mulher, em relação a ele, a proletária” (Engels, 1981, p. 72).

No seio de toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são sempre distintas, mas, ao mesmo tempo, relacionadas uma à outra. “As exigências da análise leva-nos a atribuir à primeira o nome de produção e à segunda o de reprodução” (Combes e Haicault, 1987, p. 24-25). Assim sendo produção e reprodução são indissociáveis. Não se pode falar em uma sem vincular à outra, pois uma é condição da outra. O surgimento e desenvolvimento do capitalismo, modo de produção que transforma o ser humano em mercadoria, acaba definindo (ou simbolizando) a subordinação da reprodução à produção. Essa situação foi reforçada no capitalismo, pois homens e mulheres já participavam de modo desigual da produção e reprodução, visto que a exploração dos seres humanos por outros seres humanos é encontrada também em outros modos de produção. Ao mesmo tempo homem e mulher estão numa relação de aliança – embora em base desigual – pelo fato de pertencerem à mesma classe social (Combes e Haicault, 1987).

A consolidação do capitalismo significou para as mulheres diferentes situações, isto é, as condições criadas para a mulher rica são diferentes daquelas para as mulheres da classe operária. O capitalismo não trouxe à mulher tempo livre, nem lazer, apenas o aumento da exploração da sua força de trabalho. Também as crianças foram submetidas ainda mais à exploração: famílias inteiras expulsas do campo, vivendo em condições precárias nas “cidades” e transformadas em mão-de-obra barata.

O trabalho passa a ser um lugar de tomada de consciência mais ampla de uma opressão que não depende apenas da vida privada. A articulação a ser feita não pode estar voltada somente entre a vida familiar e a vida profissional, mas obriga a uma articulação mais global, na qual o político, o social, etc, estejam presentes (Kartcheusky-Bulport, 1987).

Não é pelo fato de a mão-de-obra feminina ingressar de forma expressiva num determinado setor que este se desvaloriza, mas é justamente porque tal setor já está desvalorizado que ela o adentra.

Na verdade, as mulheres adquiriram a certeza de serem capazes de ganhar a vida (em vez de fornecerem um complemento à renda doméstica) mas tiveram igualmente que enfrentar a suspeita de que roubavam o trabalho dos homens ao aceitarem baixos salários.

“Fourier - e, seguindo suas pegadas, Marx - disseram que o grau de humanização de uma sociedade pode ser medido pelas relações entre os homens e mulheres” (Heller, 1980, p. 61).

Engels esclarece melhor a situação quando afirma que “a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis enquanto ela permanecer excluída do trabalho social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar, em grande escala, em escala social, da produção; e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante” (Engels, 1981, p. 82).

Também para Lênin a emancipação da mulher só será atingida quando for conquistada uma liberdade completa pois a igualdade perante a lei não é igualdade de fato (Lênin, 1980).

Por outro lado, já foi mais do que provado tanto em 1977-78 - greve dos metalúrgicos em São

Paulo-, como em 1996-97 - movimento dos sem-terra - que o grau de sucesso de um movimento depende do grau de participação das mulheres: compete à sociedade conscientizar-se disso.

O futuro das relações entre os sexos deveria pautar-se na direção da liberdade, da igualdade, isto é, ser livre do desejo de posse, rica, profunda e significativa em todos os aspectos da vida humana (Heller, 1980).

Para efetiva realização, a mulher deve ser livre de qualquer exploração e opressão e florescer plenamente em todos os campos em que o ser humano é capaz de atuar. Viver é transformar-se.

Para que a mulher possa adquirir juntamente com o homem a liberdade, liberdade para viver e para constituir uma família sadia, é preciso que haja creches, jardins da infância, restaurantes coletivos, lavanderias coletivas, lazer, saúde, educação, habitação, havendo, portanto, igualdade para ambos. Só assim homens e mulheres poderão desempenhar seu papel na produção social e na vida social. É também necessário o amor.

## MUDANÇA DE VENTO: DO COLONATO À PALHA DA CANA

Com a implantação do trabalho livre na agricultura paulista em meados do século XIX, o trabalho familiar passa a ser a tônica. A mulher participava das atividades gerais, principalmente da colheita do café juntamente com as crianças, as quais, desde as tenras idades de 5 a 6 anos, já colaboravam com o seu trabalho. O trabalho de autossustentação reduzia consideravelmente os custos unitários da mão-de-obra (Antuniassi, 1983).

A preferência pelo trabalho familiar por parte dos cafeicultores levava a um reforço da organização familiar: o chefe da família mobili-

zava, alocava e coordenava a força de trabalho e isso levava a uma divisão sexual do trabalho e a um comportamento reprodutivo característicos (Stolcke, 1986).

No colonato, a mão-de-obra era contratada em unidades familiares enquanto os trabalhadores eventuais de hoje vendem sua força-de-trabalho em base individual. Entretanto, esse homens e mulheres continuam a se reproduzir dentro de famílias.

Enquanto no colonato se reforçava uma organização familiar em que estava clara a cooperação, no assalariamento há a reunião do rendimento de todos os membros da família, mas ela deixou de ser uma unidade de trabalho.

No fundo pode-se dizer que, no capitalismo, a família representa também uma conjunção de esforços para o proveito de todos os membros (Stolcke, 1986).

No regime do colonato o contrato familiar era assinado pelo chefe da família, o qual também recebia o ordenado familiar. Ao homem cabia a autoridade de coordenar as atividades; às crianças, o cuidado dos pequenos animais e da colheita e à mulher os trabalhos domésticos, a produção dos valores de uso, cultivo da roça de subsistência e a colaboração na colheita do café. O pagamento era determinado pelo número de “enxadas” – trabalhadores adultos – que deveriam ser no mínimo três. Assim é que o comportamento reprodutivo das famílias se pautava muito nesta linha de preocupação. Quanto maior a prole, maior a possibilidade de ganhos futuros – maior o número de pessoas envolvidas na força de trabalho familiar – apesar dos cuidados exigidos pelos filhos por parte das mulheres nos primeiros anos de vida das crianças (Ianni, 1976; Stolcke, 1986).

A transformação do colono em mão-de-obra assalariada vai mudar substancialmente a

organização específica da família, pois nessa nova estruturação os membros recebem um salário individual. Mulher, família e trabalho doméstico, que inclui educação e cuidado com os filhos, aparecem então como elementos essenciais para a reprodução cotidiana e geracional da força de trabalho (Barroso, 1982).

A legitimação da família como objeto de análise reforça-se com a crescente preocupação em retratar as condições de reprodução dos “pobres”, ou “cultura da pobreza” (Barroso, 1982; IPEA, 1996).

Segundo Durhan, a família nas camadas inferiores da sociedade rural brasileira se organiza “de modo muito simples, em termos de subordinação da mulher aos homens e dos mais jovens aos mais velhos” (Durhan, 1973, p. 64).

O interesse atual para se compreender melhor a problemática do trabalho feminino passa obrigatoriamente pelas relações trabalho e família. Neste caso, a unidade de estudo não é mais o indivíduo isolado, mas as peripécias que os indivíduos, a partir de suas relações mais próximas com os membros de suas famílias, realizam, para garantir a sobrevivência do grupo (Barroso, 1982).

A unificação do mercado de trabalho urbano-rural e a formação do exército geral de reserva vincula-se à transformação do residente rural-urbano em assalariado temporário mediante a conversão das atividades acessórias da agricultura em ramos da indústria.

Na família, os ganhos passam a advir tanto do trabalho no campo como do salário proveniente de atividades urbanas. Praticamente em todas as cidades os novos migrantes habitam na periferia. “Cresce” o consumo em todos os sentidos: luz, água, aluguel ou prestação da casa ou do terreno, lenha ou gás, alimentação não mais advinda dos produtos de subsistência, etc. Os

ganhos da família têm que ser relativamente bem maiores para garantir a qualidade de vida que, em geral, baixou muito. (Rossini, 1988, 1990; Coutras, 1996; Coutras e Rossini, 1997).

O processo de proletarização no campo caminhou lentamente enquanto o café predominava na paisagem. Avançou mais rapidamente com a ampliação do espaço ocupado com a cana-de-açúcar e, mais recentemente, com o desenvolvimento de culturas como soja e trigo, ficou mais evidente, permitindo mudanças enormes na composição orgânica do capital, criando definitivamente o proletariado rural (Oliveira, 1977; Graziano da Silva, 1981; Cano, 1986).

A concentração de terras, a intensificação da mecanização e do uso de adubos e defensivos agrícolas, a quase eliminação do residente rural, o contrato de mão-de-obra assalariada temporária, etc., passaram a ser o traço dessa nova produção do espaço, baseada na agroindústria.

A unificação do mercado de trabalho rural e urbano leva o volante à alternância de atividades ditas rurais e urbanas. A organização da família, entretanto, pouco se altera, apenas muda, em parte, a questão da autoridade, pois não é mais o "chefe de família" que determina a atividade a ser desenvolvida pelos componentes da unidade familiar, mas cada um se organiza em função das oportunidades individuais. A subordinação da mulher ao homem, porém, continua. Há certa unidade no que tange à soma das "rendas" para garantia da sobrevivência miserável. Muito cedo os jovens deixam de contribuir para a "casa", participando de um processo de migração ou contraindo matrimônio (Brant, 1977; Rossini, 1988).

Toda mudança carrega alterações que serão consideradas positivas ou negativas de acordo com a perspectiva que se vê. Assim é que se olharmos a questão da autoridade - que era re-

presentada pelo homem-, comparando-se o trabalho da família no colonato, parceria, arrendamento e agora no assalariamento, percebe-se que houve grandes perdas para o homem. Em geral continuam reservados à mulher os mesmos trabalhos domésticos, pois não há praticamente divisão sexual do trabalho na família; como operária, ela vai à luta para "complementar" os ganhos familiares. Aumentam as responsabilidades em relação aos filhos, visto que ela tem que deixá-los aos cuidados de alguém - mãe, filhos, escola, creche ou trancados em casa. O tamanho da família se reduz, pois a criança deixa de ser um investimento para a família para se transformar em aumento de despesas. Aumentam tanto o número de famílias monoparentais como de mulheres cabeça de família. A perda da autoridade acompanhada pela perda do emprego ou da renda que garanta em todo ou em parte a sobrevivência da família por parte dos homens tem concorrido para o aumento tanto de separações como ao alcoolismo, à violência, etc.

Essas contradições acabam sendo resultado das pressões econômicas e da mudança de valores, enfraquecendo bastante os chamados laços familiares. Os filhos muitas vezes consideram a casa familiar como verdadeira pensão, pois contribuem para a sua manutenção, acabam exigindo coisas que antes não solicitavam com tanta presteza e saem para constituírem uma nova família ou migram com maior facilidade (Mielle, 1987).

As mulheres passam a constituir-se como força de trabalho disponível e não apenas como mão-de-obra disponível e remanejável no grupo doméstico através do trabalho remunerado. Acrescente-se ainda que a relação entre a reprodução da pessoa trabalhadora e sua família e as condições de reprodução da força de trabalho fazem com que os padrões de consumo familiar

dependam do salário que deveria garantir essa reprodução, o que levou o grupo familiar a organizar-se como unidade de consumo (Guimarães, 1990).

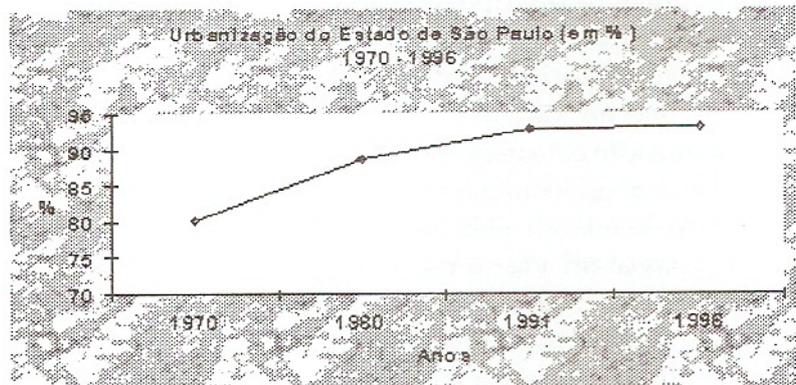
A literatura mais recente tem enfatizado que, diversamente do que até há pouco tempo era consenso, o trabalho remunerado está longe de ser o único determinante do nível de vida e do bem estar da população. “A orientação atual é no sentido de mostrar que existe todo um conjunto de atividades, de natureza ainda pouco conhecida, mas que sem dúvida interferem na qualidade, na manutenção e reprodução da força de trabalho” (Jelin, 1978; Barroso, 1982, p. 16).

A primeira e mais importante forma é o ingresso monetário dos membros que trabalham com remuneração. As outras são não monetárias, porém combinadas com o ingresso monetário e têm a intenção de melhorar o padrão de vida, como por exemplo, serviços públicos e sociais (estado, sindicatos, igrejas, etc.). Ainda com características não monetárias, estão a produção doméstica de bens e serviços e o recurso à rede de relações sociais informais com parentes, vizinhos, amigos, estabelecendo ajuda mútua e intercâmbio (Singer, 1977; Barroso, 1982).

#### A MULHER, A PRODUÇÃO DA VIDA, A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO

A reconstrução histórica das relações de trabalho no campo tornou-se necessária para a melhor compreensão de como foram se dando

as transformações do trabalho rural e a entrada cada vez maior da mulher na força de trabalho. A intensa migração para a cidade acabou por resultar na urbanização da sua reprodução. A família operária, com baixos rendimentos, tem como alternativa a morada da pobreza e o local quase sempre é a periferia das cidades. A taxa de urbanização para o Estado era de 80,33% em 1970, chega a 88,64% em 1980, atinge 92,80% em 1991, e 93,10% em 1996.



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 1996.

Na população do Estado de São Paulo há quase equilíbrio em relação ao número de homens e de mulheres. Se em 1980 havia 99,9 homens para cada 100 mulheres este número passa a 97,94 em 1991 denotando aumento da participação feminina no total da população.

O saldo migratório da década de 70, apresentada pelo censo demográfico, foi de 3.014.342 pessoas, tendo caído na década de 80 para 1.239.885 pessoas.

Na população migrante existe um predomínio de homens em relação às mulheres. Boa parte dos migrantes chega ao local de destino na faixa etária de 18-35 para os homens e 15 a 29 para as mulheres, período em que as pessoas estão efetivamente aptas para o trabalho.

A área de emprego/ocupação agrícola mais importante para as mulheres em São Paulo está na região central do Estado, nas áreas agro-industriais da cana-de-açúcar, em Jaú-Lençóis Paulista e de Piracicaba-Limeira e Araras, Ribeirão Preto-

Franca e, ao norte, Jaboticabal-Bebedouro-Olímpia. Nestas duas últimas áreas se mesclam café, cana e cítricos. Acrescentem-se ainda Araraquara-Catanduva, Bauru-Marília-Ourinhos, áreas hoje bastante ligadas à cana-de-açúcar.

**Tabela**  
**Estado de São Paulo**  
**Componentes do Crescimento Populacional 1940-91**

ANOS	POPULAÇÃO	ACRÉSCIMO POPULACIONAL	SALDO VEGETATIVO	SALDO MIGRATÓRIO	PROPORÇÃO DOS COMPONENTES	
					Vegetativo (%)	Migratório (%)
1940	7.180.316					
		1.954.107	1.469.600	484.507	75,21	24,79
1950	9.134.423					
		3.689.403	2.691.489	997.914	72,95	27,05
1960	12.823.826					
		4.948.122	3.372.191	1.575.931	68,15	31,85
1970	17.771.948					
		7.268.764	4.254.422	3.014.342	58,53	41,47
1980	25.040.712					
		6.548.213	5.308.328	1.239.885	81,07	18,93
1991	31.588.925					
1996	34.120.886					

Fontes: Fundação IBGE, Censos demográficos de 1940,1960,1970,1980, 1991 e 1996.

Fundação SEADE, Movimento do Registro Civil, 1940 a 1980.

Cf. PERILLO, S. R. Balanço Migratório do Estado de São Paulo no período 1970/80, in *Informe Demográfico*, 16, F. SEADE, São Paulo, 1985.

A partir das considerações a respeito das novas relações de trabalho pode-se ressaltar que a dinâmica do mercado de trabalho vai acompanhar essa nova face da agricultura, especialmente, no que tange à mulher.

A literatura técnica disponível indica que o progresso conseguido nos últimos anos a respeito da mecanização agrícola, especialmente na fase da colheita, foi considerável. A viabilidade

da colheita mecanizada tanto para o algodão, a soja, o trigo, etc., já é uma realidade. Para a cana a mecanização agrícola é utilizada, com maior intensidade, especialmente no início da atividade, funcionando como freio para reivindicação de melhores diárias. Em algumas propriedades o trabalho na cana é quase que totalmente mecanizado para a colheita, salvo nas áreas de maior declividade do terreno ou onde há muita

cana tombada dificultando o trabalho das máquinas.

Recentemente nos Estados Unidos os robôs entraram da forma intensiva na colheita da laranja e com ganhos enormes de qualidade. Através das células foto-elétricas os mesmos só colhem as laranjas maduras.

Muito provavelmente em breve chegarão ao Brasil como freio às reivindicações como ocorre no caso das máquinas colhedoras de cana, apesar das perspectivas de queda de venda do produto ao mercado americano ou crise nacional de superprodução. Outros mercados estão surgindo: asiático, africano, árabe e aumento do consumo interno. Esses fatos vão repercutir violentamente na dinâmica do mercado de trabalho feminino ao se considerar que grande contingente é constituído, nesta atividade, por mulheres e crianças.

Se por um lado trabalha-se a questão de menor engajamento na atividade da colheita, por outro as engenharias genética e científica aliadas à modernização da atividade têm promovido mudanças fantásticas também em todo o setor agrícola. Esta modernização pode reverter a situação de atividade temporária do trabalho propiciando engajamentos permanentes na atividade agrícola para alguns produtos:

– a cana pode ser colhida o ano todo e não mais a colheita em apenas 6 meses ao ano aproximadamente. Acrescente-se ainda que o corte não se prenderá a 3 e 4, mas cada planta poderá suportar até 10 cortes. A mecanização do corte já é uma realidade (Rossini, 1994; Graziano da Silva, 1997);

– a laranja passará a ser colhida o ano todo. Ao mesmo tempo, pela necessidade de polinização, a produção de mel nas áreas de cultivo de laranjas tem aumentado substancialmente o conseqüente consumo tanto pela divulgação do há-

bito por parte dos naturalistas como também pelo rebaixamento dos preços;

– a manga que era colhida apenas uma vez por ano, agora são 6 colheitas com intervalo de 2 meses uma da outra na mesma área de cultivo;

– acrescentem-se alterações no cultivo e na colheita também de produtos como uva, mamão, melão, melancia, abacate, etc.

Pode-se, desta forma, dizer que se por um lado, alguns produtos diminuem as oportunidades de engajamento através do uso de meios mecânicos, por outro lado, as engenharias genética e científica permitem que, no caso de produtos que eram colhidos em um período no ano, agora, a atividade pode ser desenvolvida praticamente o ano todo. Aumentam as possibilidades de engajamento na atividade e com oportunidades de trabalho durante o ano todo com a expectativa de desaparecimento da sazonalidade tanto para as colheitas como, em conseqüência, para os outros tratamentos agrícolas (Graziano da Silva, 1981; Fleury e Fischer, 1985).

Ao lado desse assalariado temporário/permanente aqueles que serão os efetivos assalariados temporários serão os remanescentes pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, posseiros, sem-terra, que vão assalariar temporariamente em alguns momentos de pico. Neste caso a mulher é pouco solicitada.

Acrescente-se também que a migração temporária, basicamente constituída por homens, tem papel importante no sentido de evitar um crescimento maior dos salários nos momentos de “picos” (Graziano da Silva, 1981, 1997).

O fracionamento da pequena propriedade implica em diminuição da capacidade de reter a sua força de trabalho. Há tendência à saída a partir dos 14 anos. Mas não são só os filhos que saem. Os próprios chefes de família também migram.

As meninas partem em idades mais precoces para o assalariamento como empregadas domésticas urbanas (Targino e outros, 1990; Martins e Garcia, 1987).

Merece referência o fato de que a remessa de parte dos salários para os pais pelos que partiram é que vai permitir a manutenção, por mais algum tempo, da pequena propriedade e mesmo da pequena produção à medida que completam os custos de manutenção da família, em parte "tocada" por aqueles que permaneceram na terra, em especial as mulheres adultas, as crianças e os velhos.

A concentração fundiária que elimina parte considerável das pequenas unidades familiares provoca também a diminuição do uso da mão-de-obra, em especial da feminina ao mesmo tempo em que a agricultura de subsistência tende a diminuir cada vez mais.

Em 1992, as pessoas trabalhadoras passam a ter direito ao auxílio desemprego, se a documentação que comprova seu engajamento estiver em ordem - menos mal.

É através da Lei de 9 de dezembro de 1994, de nº 8949 que é outorgada a constituição de sociedades cooperativas de trabalhadores. Viveiro de mão-de-obra disponível para quando o empresário dela necessitar. Esta legislação desobriga a cooperativa do pagamento dos encargos sociais bem como das indenizações, férias, 13º salário, etc.

Pelo exposto, pode-se concluir também que o engajamento na agricultura não pode ser visto como alternativa para a realocação da mão-de-obra urbana desempregada especialmente quando a política é a de grandes investimentos e alta tecnologia, o que leva na direção da economia de mão-de-obra.

Ao mesmo tempo em que há tendência de aumento da participação da mulher na força de trabalho assiste-se também ao aumento de mu-

lheres cabeça de família. Os dados informam que a taxa de participação da família na força de trabalho é mais alta nas famílias chefiadas por mulher.

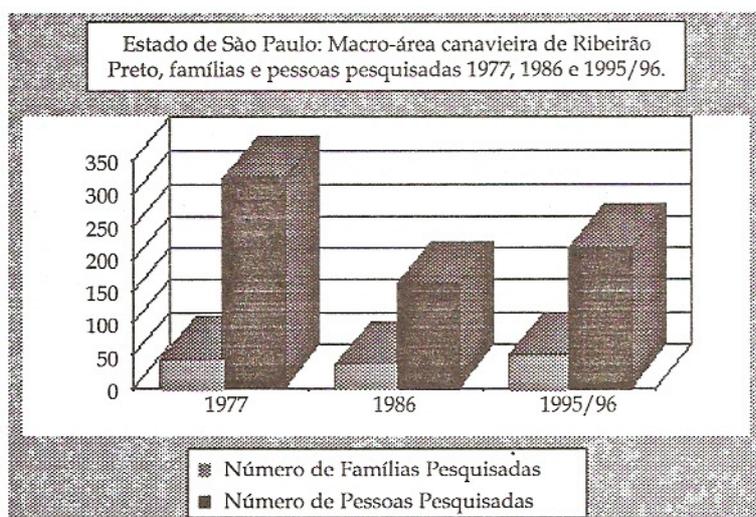
Na medida em que a mulher está entrando cada vez mais no mercado de trabalho começa a se ver como trabalhadora e não mais como elemento que "ajuda". Neste momento ela começa a participar de sindicatos. É o prenúncio da mudança de vento.

Finalmente deve-se acrescentar que no conjunto há tendência de menor engajamento nas atividades ligadas à agricultura justificada pelo avanço da modernização no campo no seu sentido mais amplo. Por outro lado, o urbano não está tendo a capacidade de dar ocupação a toda a mão-de-obra urbana e mesmo daquela migrante do setor rural. O mercado informal parece ser a saída para a família sobreviver em condições de grande pobreza. As praças, os corredores comerciais, os cruzamentos de maior circulação, etc., têm dado amparo a esta sobrevivência. Proliferam nas cidades verdadeiros "mercados persas". Enquanto a política do governo não se voltar para diminuir a concentração da riqueza em mãos de poucos, a tendência será a manutenção desta situação atual onde boa parte da população disponível para o trabalho vive de pequenos bicos como forma de sobreviver (Santos, 1996a, 1996b).

#### **A MULHER NA PALHA DA CANA: FAMÍLIA E TRABALHO. VINTE ANOS DE PESQUISA NA ÁREA DE RIBEIRÃO PRETO**

O aumento da participação da mulher na força de trabalho foi constatado a partir de pesquisa de campo realizada em 1977, 1986 e 1995/

96<sup>1</sup> na mais importante área canavieira do Estado de São Paulo – Ribeirão Preto. Foi feita pesquisa qualitativa com 43, 35 e 50 famílias respectivamente, levantando uma população de 323 pessoas em 1977, 162 em 1986 e 217 em 1995/96 para verificar, entre outros aspectos, como era a sobrevivência dessas famílias, nas quais pelo menos uma mulher, na casa, empregava sua força de trabalho na atividade ligada à agricultura canavieira.



Fonte: Pesquisa de Campo, 1977, 1986 e 1995/96

Nesses vinte anos de pesquisas, as mudanças foram significativas: aumento de número de pessoas trabalhadoras na família, diminuição de residentes na casa, crescente participação da mulher na força de trabalho, queda da fecundidade, aumento do número relativo de mulheres como cabeça da família, aumento do número de famílias monoparentais, etc.

A passagem do trabalho da mulher de residente rural com assalariamento do responsável para residente urbana, na qualidade de assalariada pura, vai trazer modificações no caráter do trabalho desempenhado por ela.

Da relação de “ajuda” ao trabalho familiar à introdução na produção altamente capitalizada que caracteriza a monocultura canavieira, a mulher passa a ser absorvida como mão-de-obra individualizada, assalariada, com conseqüências imediatas no nível da organização familiar.

No trabalho do campo, enquanto residente rural, quer fosse na qualidade de trabalho familiar em pequena propriedade, quer quando o marido era o responsável assalariado, a mulher levava, desde a mais tenra idade, a criança ao trabalho rural. Na agricultura da cana, essa possibilidade inexistia. Não há permissão por parte dos empregadores e nem dos fiscais. No caminhão ou ônibus, ao serem transportadas para o trabalho, não há lugar para crianças, com menos de 10-12 anos, que não estão envolvidas na atividade. Nesse sentido as mulheres são obrigadas a lançar mão de outras estratégias. Via de regra são as mães, sogras e filhas que se encarregam dessa atividade. É freqüente o aparecimento de “creches” particulares onde uma mulher assume o encargo de várias crianças menores de 2 anos ou até maiores.

Em quase todos os municípios pesquisados já há creches para crianças a partir dos 2 anos de idade. O grande inconveniente é que estas funcionam a partir das 7 horas, horário em que as mães já partiram para o trabalho e encerram suas

(1) Esta pesquisa de campo teve apoio de Ricardo Nascimento Taveiros e Aliana Maria do Nascimento Taveiros na coordenação da aplicação dos questionários e nas entrevistas. A tabulação dos dados e elaboração dos gráficos teve a colaboração dos bolsistas Rosimeire Barbosa da Silva (IC), Karen Ribeiro (AP), Osvaldo Peixoto de Almeida (PIBIC), Rafaella Rocha Souza (IC) e Alessandra Falcão Preto (IC), do Projeto Integrado: “As Geografias da Modernidade: Sociedade e Espaço – Mulher, Família e Trabalho.”

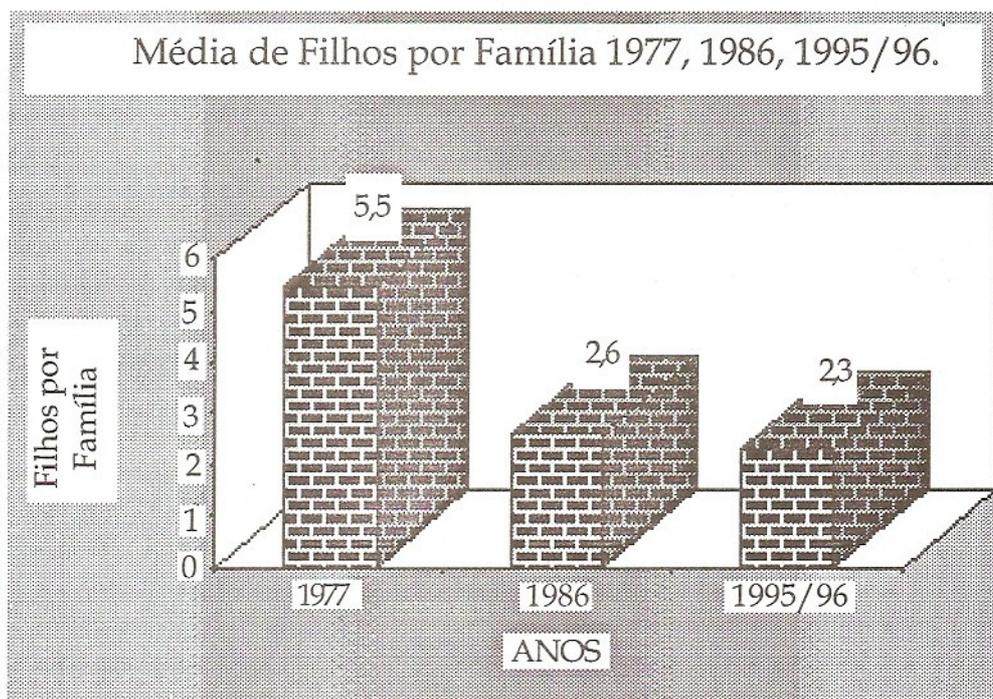
atividades às 5 horas, momento também em que as mães ainda estão no campo. Neste caso, a alternativa é encontrar alguém para se encarregar de levar e pegar a criança no horário em que as mães não o podem fazer. O mesmo acontece com os parques infantis: neste caso, o problema ainda é maior porque cada criança só pode frequentá-lo um período do dia: manhã ou tarde.

Em algumas localidades, onde o número de mulheres assalariadas no campo é muito grande e a Prefeitura, sensível a este problema, as creches e parques estão funcionando em horário que atenda a essa população feminina trabalhadora. Estamos, de novo, reivindicando em Serra Azul e Serrana, e em outras sedes municipais, que os caminhões ou ônibus tenham como ponto de passagem a creche ou parque infantil onde as mães,

pela manhã, deixem as crianças menores no horário de partida dos veículos. No final da tarde, o percurso obrigatório dos veículos seria o mesmo para as mães pegarem os filhos.

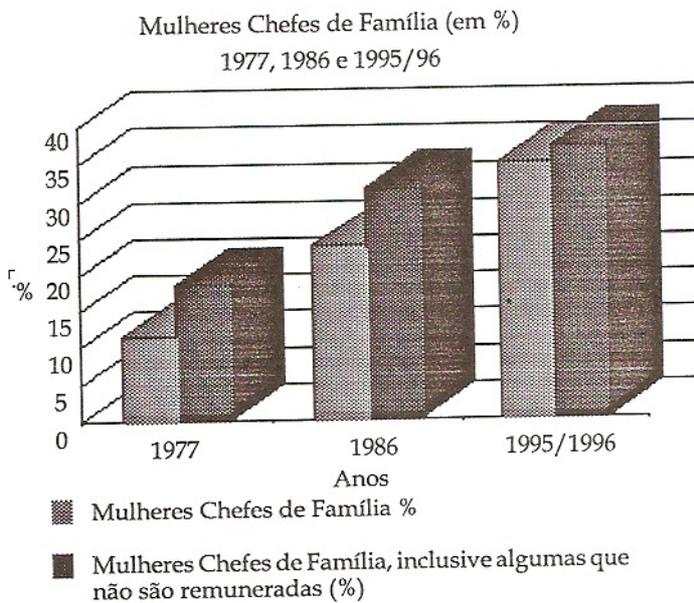
Em muitos casos, por falta de vaga nas instituições públicas ou por dificuldade para pagamento de particulares, cujo preço é elevado – cerca de 80 dólares por mês – as mães deixam as crianças menores trancadas em casa. Não é incomum mortes acidentais por incêndio praticados pelas crianças.

A média de filhos por família tem baixado consideravelmente e foi confirmada tanto pela pesquisa de campo (1977 – 5,5 filhos, 1986 – 2,6 filho e em 1995/96 – 2,3 filhos) como por Wong para o Estado de São Paulo (2,5 em 1986 e pelo Censo de 1991, 2,3 filhos).



Fonte: Pesquisa de Campo 1977, 1986 e 1995/96.

Tem havido tendência cada vez maior das mulheres assumirem a chefia da casa. Em 1977, 11,6% das famílias tinham a mulher como chefe. Acrescentando-se a esse total os domicílios constituídos por mãe e filhos, embora muitas destas não tivessem remuneração, o percentual chega a 18,6%. A situação em 1986 se altera substancialmente com o aumento da responsabilidade da mulher na chefia da família – 23,7% e, no segundo caso, atinge o total de 31,6%. O Censo de 1991 para o Estado denota leve crescimento – 18,8%. Para 1995/96 os dados são os seguintes: 34,8% mulheres chefes de família e 37,1% para o segundo caso.



Fonte: Pesquisa de Campo 1977, 1986 e 1995/96.

Podemos, desta forma, observar que tem havido aumento gradativo do número de mulheres chefes de família. Não só se encarregam do cuidado com a casa e os filhos, mas também de prover a manutenção econômica dos componentes da unidade familiar, especialmente após a in-

tensificação da mecanização no campo e a introdução do Plano Real.

O transporte para o trabalho ainda continua sendo feito com frequência por caminhões fechados, tendo apenas uma abertura para entrada das pessoas e duas janelas pequenas para a entrada da iluminação e para a ventilação. Na parte interna há iluminação, embora mortíca, e os bancos de madeira são dispostos, em geral, como os de um ônibus de transporte. Nos bancos da frente ficam as mulheres e nos outros, os homens. Conforme prescreve a legislação, há escada para subir no veículo e as ferramentas ficam guardadas embaixo do caminhão para evitar acidentes.

Quando o transporte é feito por ônibus – hoje obrigatório por lei, mas nem sempre cumprido – há também verdadeira distribuição sexual dos lugares, como acontece nos caminhões. As pessoas se sentem mais valorizadas, embora os veículos sejam sempre de péssima qualidade.

Em ambos os tipos de transporte, enquanto propriedade de empreiteiros ou mesmo empresas urbanas, os veículos são muito mal conservados, inseguros, etc. São frequentes os acidentes por falta de freio, iluminação e imperícia na direção por parte do motorista.

### A DUPLA JORNADA DE TRABALHO: TRABALHO NO LAR E TRABALHO NA PALHA DA CANA

A “expulsão” dos moradores e de sua família das propriedades rurais, em função da intensificação de formas capitalistas de produção no campo e a conseqüente renda da terra, provocou a transformação destes em assalariados pu-

ros e, conforme referido, em residentes nas periferias das cidades (Rossini, 1994; Ianni, 1976). Para garantir a manutenção da família, todos – homens, mulheres e mesmo crianças – foram chamados ao trabalho assalariado permanente ou temporário. No conjunto, a escolaridade das mu-

lheres não só tem aumentado significativamente como é maior do que a dos homens em todas as pesquisas de campo realizadas e se acelerou na de 1995/96. (Tabela: Estado de São Paulo. Participação da População Urbana e Rural no Total da População do Estado (%) 1940/96).

**Tabela**  
**Estado de São Paulo. Participação da População**  
**Urbana e Rural no Total da População do Estado (%) 1940/96**

SETORES	ANOS					
	1940	1950	1960	1970	1980	1996
Urbano	44,12	52,59	66,28	79,64	88,64	92,80
Rural	55,88	47,41	33,72	20,36	11,36	7,20

Fontes: FIBGE, Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 1996.

A relação de trabalho, em sua maioria, deixou de ser patrão/empregado/a para ser transformada em empreiteiro/empregado/a. Os patrões do campo alegam, em geral, que a obrigação do pagamento dos encargos trabalhistas é do empreiteiro, que são os responsáveis diretos pela contratação dos trabalhadores. Isso, a partir de 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Com a implantação da legislação para a pessoa trabalhadora rural ficariam assegurados, a partir do registro do contrato de trabalho na carteira profissional, os seguintes direitos: férias proporcionais, 13º salário proporcional, descanso semanal remunerado, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, pagamento de 90 dias de “repouso” para gestante, etc.

O Estatuto do Trabalhador Rural estabeleceu que é permitido à trabalhadora faltar seis semanas antes e seis após o parto (84 dias), sem prejuízo da remuneração. Esse dispositivo tem contribuído para o aumento dos contratos informais, isto é, sem vínculo empregatício. Hoje tem-

se a conquista, já assegurada em outros países, de 120 dias para a gestante, afastamento por doença, etc. (Rossini, 1975, 1978, 1994; Sigaud, 1979, Barros Júnior, 1972, 1980; Gonzales e Bastos, 1977).

Desenvolvendo, portanto, o trabalho informal e sem vínculo à propriedade ou grupo em particular, torna-se difícil a organização das mulheres como categoria profissional (Paulilo, 1976).

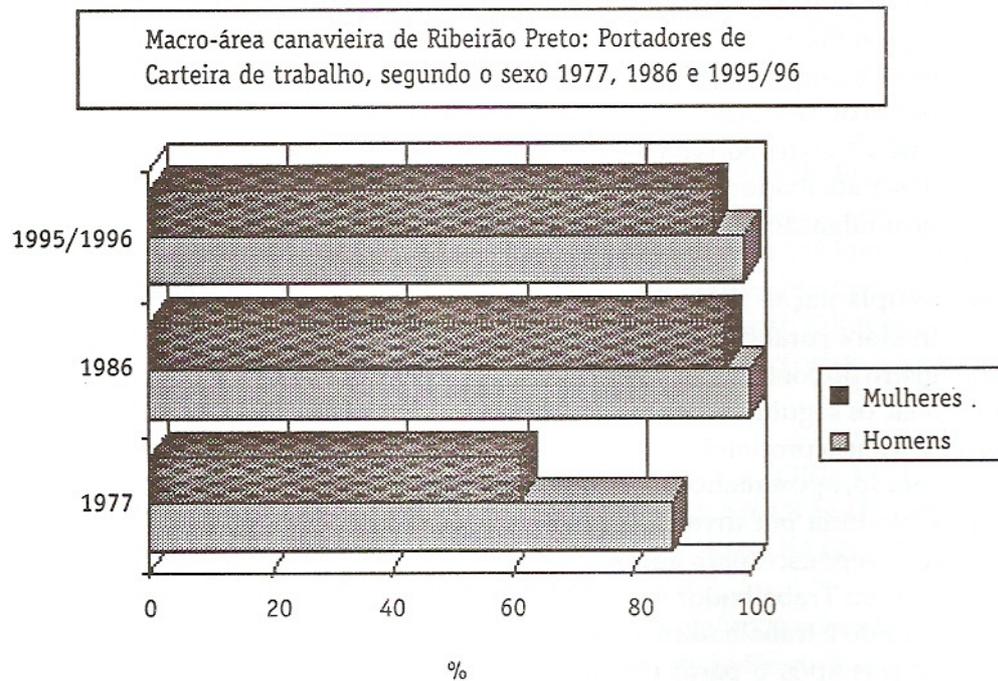
Em 1977, 74,1% das pessoas que trabalhavam declararam possuir carteira de trabalho e em 1986, quase todos possuíam, salvo 4,4% das mulheres; em 1995/96 cai o número de portadoras de carteira de trabalho. Há, entretanto, uma distância grande entre possuir carteira e ser registrado. Em tempo de crise cai o registro em carteira, reforçado ainda pelos recentes acordos feitos pelos sindicatos, bem como a própria legislação regulamentou em 1994 e em 1997 essa situação para permitir o aumento dos engajamentos. Ao mesmo tempo, o convite para trabalhar no corte da cana vem se diversificando bastante. Cai consideravelmente o convite formulado pelo patrão,

diminui o do turmeiro e aumenta o de outras fontes, no caso, as cooperativas e iniciativa própria. (Tabela: Portadores de Carteira de Trabalho, segundo o sexo, 1977 -1986 - 1995/96).

**Tabela**  
**Portadores de Carteira de Trabalho**  
**segundo o sexo 1977 - 1986 - 1995/96**

(em porcentagem)

ANO	Homens		Mulheres	
	sim	não	sim	não
1977	86,8	13,2	61,8	38,2
1986	100,0	0,0	95,6	4,4
1995/96	99,0	1,0	93,6	6,3



Fonte: Pesquisa de campo 1977 - 1986, 1995/96

Outro fator que incentivou a modernização no campo e intensificou a utilização da mão-de-obra assalariada temporária na cana foram os incentivos governamentais, especialmente após a criação do Próalcool em 1975. Esse "apoio" governamental acelerou de forma bastante clara a incorporação de novas terras, aumentando os espaços da cana e diminuindo os espaços da agricultura de subsistência e mesmo de outros produtos básicos para a alimentação e até para a industrialização. Isto não quer dizer que todos os espaços estejam ocupados; na realidade há enormes áreas não cultivadas e espaços ocupados com a pecuária e resíduas áreas com matas.

Nos últimos anos, a região de Ribeirão Preto concentra mais de 30% da produção nacional de açúcar e álcool.

Um bom número de mulheres tem se assalariado durante todo o ano nos trabalhos da cana - corte, plantio, capina, adubação, etc. -, na qualidade de assalariadas permanentes/temporárias, pois o contrato tanto com a usina como com o empreiteiro é, em geral, quando feito, renovado semestralmente.

O número de trabalhadoras é bastante variável durante todo o ano, conforme já referido. É nos meses de abril e junho, segundo levantamentos do Instituto de Economia Agrícola, que há maior concentração. Esse período corresponde ao início das atividades de colheita da cana, quando o recrutamento é maior.

Do total de volantes, normalmente empregados em todas as atividades, as mulheres correspondem a cerca de 15 a 20%. Nas atividades ligadas à cana, na

entressafra, a porcentagem chega, segundo a pesquisa de campo, a ser bem superior - 35 a 40%. Na safra, devido à migração masculina, o desequilíbrio é bastante evidente.

Na safra da cana há aumento do número de mulheres engajadas na atividade de corte: "so-mem" das cidades as empregadas domésticas, as lavadeiras, as faxineiras; "donas de casa" se assalariam no campo.

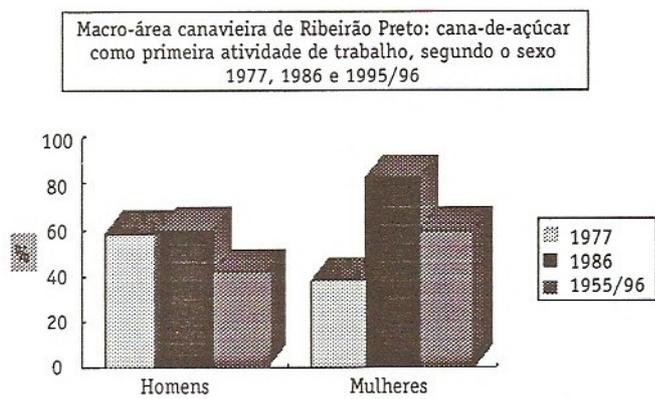
Se compararmos o número de pessoas trabalhadoras fora da safra com o corte da cana, veremos que, apesar de o número de mulheres ser maior na safra, percentualmente sua participação é bem menor, dado o recrutamento maciço de homens que vêm para a colheita.

Entre pessoas da família engajadas na força de trabalho, 80,5% em 1977 declararam trabalhar em atividades ligadas ao rural e o restante em atividades urbanas. Em 1986, este percentual aumentou para 92,8% por se tratar de força de trabalho "especializada" na atividade da cana. Em 1995/96, 81,3% ligadas as atividades rurais e 18,7% no urbano.

Considerando a análise e trabalhando individualmente mulheres e homens na força de trabalho, o resultado a que se chegou foi o seguinte: em 1977, 71% dos homens e 60% das mu-

lheres trabalhavam na cana; já em 1986, 76,3% e 88% respectivamente. Em 1995/96, respectivamente, 47,9% e 75,9%.

Foi feito também o levantamento de quando e em que atividade essas pessoas entraram na força de tra-

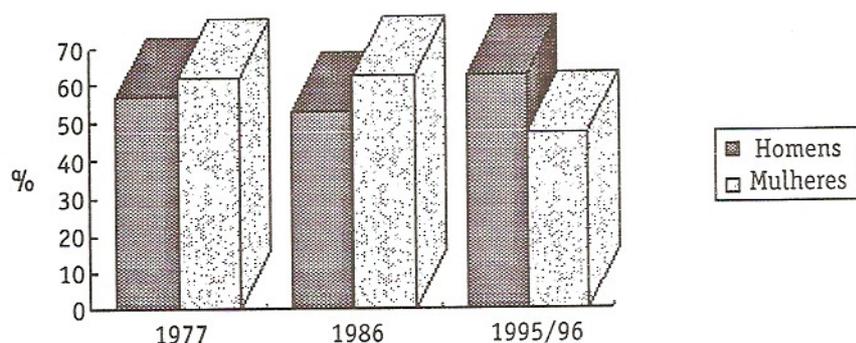


Fonte: Pesquisa de Campo 1977, 1986 e 1995/96.

balho. A cana ocupou mais de 58% dos homens e 38% das mulheres em 1977 60% dos homens e 82,2% as mulheres em 1986 e 41,8% dos homens e 59,5% das mulheres em 1995/96.

Em 1977, 56,6% dos homens e 61,8% das mulheres já trabalhavam aos 14 anos; esse percentual vai permanecer mais ou menos estável em 1986, sendo 52,6% e 62,3% respectivamente. Em 1995/96 62,2% dos homens e 47,1% das mulheres já trabalhavam aos 14 anos. Assim é que muito cedo as pessoas de baixa renda começam a trabalhar.

Macro-área canavieira de Ribeirão Preto: cana-de-açúcar como atividade de trabalho aos 14 anos de idade segundo o sexo 1977, 1986 e 1995/96



Fonte: Pesquisa de Campo 1977, 1986 e 1995/96.

Quando recrutados homens e mulheres por produtividade, não há discriminação em relação à remuneração, pois o rendimento diário depende da capacidade e habilidade de cada um.

Em geral, hoje, cortam 9 a 10 toneladas de cana por dia. Algumas mulheres cortam menos, outras mais.

Homens e mulheres em geral são roubados na avaliação da quantidade de cana cortada por parte do fiscal que deveria, ao final do dia, dar-

lhes o controle da quantidade de cana cortada. Isso quase nunca acontece. É até comum receberem no final da semana o salário sem terem recebido a "papeleta" do quantum cortado.

É difícil levantar informações quanto aos rendimentos das pessoas oriundos de trabalho: ou não informam, ou aumentam, ou diminuem e raramente dão o solicitado corretamente. É uma inibição natural do ser humano e muito maior ainda daquele que sente que suas condições são efetivamente precárias. Assim mesmo foi feito um

esforço e se constatou que, apesar de não haver no discurso discriminação entre o trabalho das mulheres e dos homens, essas, em geral, recebem menos, quando contratadas por salário. Quando contratadas só por produtividade, o rendimento de mulher, em geral, é menor e, por isso, acabam também recebendo menos. Fez-se estudo do rendimento médio anual em salário mínimo (SM) vigente à época de cada pesquisa e se chegou ao seguinte resultado: em 1977 os homens na força de trabalho recebiam 1,3

SM e as mulheres 0,85 SM. Para 1986, a situação "melhorou" sensivelmente em relação a 1977 mas isto não quer dizer que a situação seja boa: 1,8 SM para os homens e 1,4 SM para as mulheres. Em 1995/96 os homens ganhavam cerca de 2,63 SM e as mulheres 2,16 SM (O Salário Mínimo mensal hoje é de aproximadamente 100 dólares).

Raríssimos são os casos de aumento de quantidade de cana cortada, pois que, frequentemente, ela é diminuída pelo fiscal. O aumento só ocorre quando ele "está de namoro" com uma mulher que corta cana.

A mulher, quando absorvida pelo mercado de trabalho (rural ou urbano), tende a ser integrada em atividades que guardam "certas especificidades femininas" (Mielle, 1985; Luzardi, 1987; Silva, 1987; Guimarães e Brito, 1987; Mielle, 1987; Rossini, 1994).

Na cana, enquanto a atividade não é totalmente mecanizada, a tarefa de plantio sempre foi considerada uma tarefa feminina pois, na pequena produção agrícola, a mulher já desempenhava essa atividade. A atividade de levar os toletes de cana para os sulcos, no plantio, cobrir a terra e fazer a primeira adubação são tarefas desempenhadas predominantemente pelas mulheres, das quais os menores também participam, como uma verdadeira relação histórica. Nesse caso, o pagamento é feito por mês e, em geral, corresponde ao salário mínimo vigente na época; raramente o trabalho é pago por produção. Em geral os homens recebem por produção. No caso da remuneração por diária, todos os trabalhadores ficam submetidos ao controle e aos "gritos" do fiscal para acelerar o trabalho. Além de transportar os toletes de cana até os sulcos (às vezes são utilizadas sementes de cana inteira e a função é picá-la no sulco), também devem cobri-la e adubá-la. A adubação hoje é feita em grande escala por máquinas dirigidas por homens. Não se tem notícia de mulheres tratoristas na agricultura comercial da cana.

O corte de cana para moagem é invariavelmente pago por produção e nesta atividade estão envolvidos homens e mulheres. Com o aumento da mecanização, o trabalho de corte braçal é feito sobretudo nos locais onde a cana está tombada e não serve para o corte com a colhedeira ou nos locais de acesso mais difícil para a máquina (relevo mais movimentado, íngreme ou pedregoso).

Assim é que a mulher participa de todas as atividades na palha da cana.

Nas pesquisas realizadas em 1977, em 1986 e em 1995/96, não foram encontradas mulheres que exerciam a função de empreiteiras, gato ou turmeiras, eram apenas de donas de pensão. Na literatura percorrida sobre o tema, foram encontradas apenas duas referências de mulher turmeira.

No caso específico da dupla jornada de trabalho, verifica-se que a mulher, após um longo dia de trabalho na cana, continua sem descanso, tendo que "enfrentar a casa", isto é, as chamadas "atividades não-produtivas": produção de valores de uso e prestação de serviços na unidade doméstica.

O trabalho realizado em casa por mulheres, parentes ou agregadas permite ao patrão o pagamento às pessoas envolvidas na força de trabalho de um salário inferior àquele que deveriam receber caso tivessem que pagar por esse trabalho doméstico realizado e não pago (Bruschini e Rosenberg, 1982).

O trabalho doméstico é importante parcela da produção socialmente necessária. Entretanto, numa sociedade onde a base é a produção de mercadorias, ele não é considerado um trabalho na verdadeira acepção da palavra, pois está fora da esfera da remuneração.

Blay esclarece muito bem este aspecto quando escreve que

*"o trabalho doméstico aparece como uma atividade desprovida de valor, não se vincula diretamente à produção e não é remunerado mediante salário. Deixa de ser considerado um trabalho pois, falsamente, só as atividades remuneradas é que são tidas como trabalho... Sua relação com a remuneração se faz através do elemento assalariado da família, geralmente o homem (...). Mas ao manipular o salário e transformá-lo em alimento, habitação, limpeza, enfim, ao empregar um serviço que transforme a moeda em formas necessárias à subsistência, a mulher aplica ao sa-*

*lário um trabalho que vem somar ao valor real do mesmo (...). Além disso, é justamente devido à utilização desse trabalho doméstico não-remunerado que o trabalhador assalariado pode ser remunerado aquém de suas necessidades”* (Blay, 1978).

Com a entrada da mulher na força de trabalho, agora migrando da casa para o trabalho fora do lar, a atividade doméstica passou a ser considerada secundária, isto é, realizada nas horas extremas (muito cedo ou à noite) ou no final do sábado e no domingo, pois é indispensável para a reprodução da família.

Com a possibilidade de usar o crediário a partir da carteira de trabalho ou da aposentadoria para as pessoas idosas, o número de bens possuídos pelas famílias tem se diversificado e aumentado bastante.

O tempo de repouso para a mulher passa a ser cada vez mais exíguo, enquanto para o homem pouco mudou, pois após uma longa jornada

de trabalho o homem chega em casa e aguarda o jantar. Nos fins de semana ele vai se encontrar com os amigos, bater uma bola, bater um papo e ficar no bar conversando e bebendo. Enquanto isso, a mulher trabalha: lava roupa, cozinha, costura, remenda, prega botão, cuida das crianças... Em boa parte esse trabalho é desempenhado por ela. Tem aumentado muito pouco a colaboração do companheiro. Quando as filhas começam a crescer já recebem alguns encargos. Inicialmente, cuidar dos irmãos menores, arrumar a cozinha. Dividem aos poucos os “encargos” da mãe até irem para a roça ou outro trabalho na cidade ou migrarem. Essa saída, em geral, é feita para o trabalho, em outra cidade, ou através do casamento.

Os meninos acompanham o pai, fazem pequenos serviços de compras, “ajudam a olhar” os irmãos menores e aguardam que a mãe ou irmãs lhes tragam a comida, lhes dêem a roupa para trocar, etc. Cedo vão para o trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

- ALAMBERT, Z. Os marxistas e a questão da mulher. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, 26, Rio de Janeiro 3(8) 1980, p. 105-125.
- ANTUNIASI, M. Helena Rocha. *O trabalhador infantil e escolarização do meio rural*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O trabalho familiar na agricultura paulista*. Botucatu, 1983. Dissertação (Livre-Docência) FCA/UNESP.
- BARROSO, C. *Mulher, sociedade e estado no Brasil*. São Paulo, SP. UNICEF, Brasiliense, 1982.
- BATTAGLIOLA-BEDOS, F. Hominal, J. *Les femmes ou la vie en miettes*. Grenoble II CEREP-IREP, 1980.
- BERGER, M. L’urbanité des périurbains d’Ile de France, de la diversité à la ségrégation. *Les Annales de la recherche urbaine* 1991, n. 50.
- BERNARD, Y., SEGAND, M. *La ville inquiète, habitat et sentiment d’insécurité*. Paris, l’Harmattan, 1992.
- BERTRAND, M. J. *Pratique de la ville*. Paris, Masson, 1978.
- BERU. *Recherche sur la mobilité des personnes*. Paris, IRT, 1977.
- BLAY, Eva Alterman. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978.
- BLEITRACH, D., CHENU, A. Production et consommation dans la structuration des pratiques de déplacement. Aix en Provence, CRET, 1977.
- BONNET, M. Le temps dans le métro, du plein ou du vide? *Annales de la recherche urbaine* 1979, n. 5.
- BOUVERET-GANER, M, COUTRAS, J. (L’)Organisation commerciale des villes nouvelles depuis 10 ans: vers une autre notion de la proximité commerciale?. In: Pallier, G., Metton, A. (Le) “Commerces des centres villes.” *Actes du colloque de Limoges*, 1990. Limoges, PULIM, 1991, p. 115-128.
- BRANT, Vinícius Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de tra-

- balho na Alta Sorocabana de Assis. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, (19): 37-91, jan/mar. 1977.
- BRUSCHINI, M. A. e ROSEMBERG, F. *Trabalhadores do Brasil*. São Paulo, Carlos Chagas/ Brasiliense, 1982.
- CAMSTRA, R. Commuting and gender in a lifestyle perspective. *Urban Studies* 1996, vol. 33 (2).
- CANO, Wilson. Transformação da economia e repercussões no mercado de trabalho: roteiro para uma investigação histórica -1920-1986. *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro, 2: 877-888, 1986.
- CETUR Les enjeux d'une politique de déplacements dans une stratégie urbaine. 1974.
- CHABAND-RYCHTER, D. et alli. Espace et temps de travail domestique. Paris, Kluwer, 1985.
- CHABAUD-RYCHTER, D. Les échanges de travail domestique entre mères et fille. *Penépole* 1985, n. 1.
- CINQ-MARS, I. PERRATON, C. Femmes et espaces publics: l'appropriation des lieux et la maîtrise du temps. *Recherche féministes* vol. 2, 1989.
- COMBES, D. e HAICAULT, M. Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes. In: *O sexo do trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 23-43.
- COUSTRAS, J. Crise urbana e espaços sexuais. Paris, A. Colin, 1996.
- COUSTRAS, J. e ROSSINI, R. E. Mobilité quotidienne des femmes, notion de genre et études urbaines: comparaison Paris-São Paulo. IRESCO - Paris, 1997.
- DURHAN, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva, 1973. (Debates em Ciências Sociais)
- ENGELS, F. *El origen de la familia y el, la propiedad privada y el Estado*. Moscou, Progreso, 1981.
- FLEURY, Maria Tereza Leme e FISCHER, R. M. (coord) *Processo e relação do trabalho no Brasil*. São Paulo, Atlas, 1985.
- GONZALES, Elbio N. e BASTOS, M. Ines. O trabalho volante na agricultura brasileira. *Capital e Trabalho no campo*, São Paulo, HUCITEC, 1977. p. 25-47.
- GRAZIANO DA SILVA, J. F. *De bóias-frias a empregados rurais*. Maceió, EDUFAL, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Progresso, técnica e relações do trabalho na agricultura*. São Paulo, HUCITEC, 1981.
- GUIMARÃES, I.B. A participação da família no mercado de trabalho: notas a partir dos censos demográficos. In: *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, 1990. p. 119-145.
- GUIMARÃES, L. Sérgio Pires e BRITO, S. Rodrigues. De camponesa à bóia-fria. *Seminário Mulher Rural: Identidade na Pesquisa e na Seita Política*. Friburgo, IPPUR/UFRJ, 1987 (mimeo).
- HELLER, A. O futuro das relações entre os sexos. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 26, 1980. p. 49-61.
- IANNI, Octávio. A classe operária vai ao campo. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, (24), 1976.
- IPEA - O MAPA DA FOME III: indicadores sobre a indigência no Brasil (classificação absoluta e relativa por municípios). São Paulo, 1996.
- JELIN, Elizabeth. La mujer y el mercado de trabajo urbano. *Estudios Cedes*, 1 (6), 1978.
- LUZARDI, A. Elizabeth. O projeto de vida da mulher camponesa. *Seminário Mulher Rural: Identidade na Pesquisa e na luta política*. Friburgo, IPPUR/UFRJ, 1987. (mimeo).
- MIELLE, Neide. *A mulher na palha da cana*. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado) DS/UFPB.
- \_\_\_\_\_. Da pequena à grande produção: o trabalho da mulher canavieira. *Seminário Mulher Rural: Identidade na Pesquisa e na Luta Política*, Friburgo, IPPUR/UFRJ, 1987. (mimeo).
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma religião: SUDENE, nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PAULILO, M.I.S. *O trabalho da mulher no meio rural*. Piracicaba, 1976. Dissertação (Mestrado) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP.
- ROSSINI, R. E., Mulher, Família e Meio Ambiente. O trabalho da mulher na agricultura canavieira do Estado de São Paulo (Brasil). In: *Mulher e Meio Ambiente*. Vol I Macció. EDUFAL, 1994. p. 15-40.
- \_\_\_\_\_. A mulher na palha da cana: Família e Trabalho. In: *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP - v. 2*. 1990. p. 335-354.
- \_\_\_\_\_. *Geografia e Gênero: a Mulher na lavoura canavieira paulista*. Tese de Livre-Docência apresentada na FFLCH/USP, 1988 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. O volante como força de trabalho e o emprego da tecnologia na agricultura: o exemplo paulista 75. *Sessões Dirigidas*. Fortaleza, AGB, 1978. p. 75-87.
- SANTOS, Luiz A. de Castro. Trabalho rural e família no Brasil: uma revisão crítica. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 1 (3): 54-62, jul. 1982.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço - Técnica e tempo/razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Por uma geografia nova*. 4. ed. São Paulo, Hucitec, 1996b.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

SINGER, Paul I. Emprego, produção e reprodução da força de trabalho. In: *Economia política do trabalho*. São Paulo, HUCITEC, 1977.

STOLCKE, Verena. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.